

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens subsequentes, acerca da aplicação das normas regulamentadoras (NR) referentes à segurança do trabalho.

- 51 Empregado é a pessoa física ou jurídica que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- 52 Frente de trabalho é a área de trabalho fixa e temporária onde se desenvolvem operações de apoio e execução à construção, demolição ou reparo de uma obra.
- 53 Empregador é a empresa individual ou coletiva que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, remunera e dirige a prestação pessoal de serviços.

À luz das NRs que tratam de segurança do trabalho, julgue os itens que se seguem, a respeito de segurança e conforto e de aspectos psicofisiológicos dos trabalhadores.

- 54 Nas atividades de processamento eletrônico de dados, salvo disposição contrária em convenções e acordos coletivos de trabalho, o número máximo de toques reais exigidos pelo empregador não deve ser inferior a 8.000 toques por hora trabalhada, considerando-se que toque real corresponde a cada movimento de pressão sobre o teclado.
- 55 A análise ergonômica pode mostrar a necessidade de suporte para os pés para trabalhador que realize suas atividades na posição sentada, considerando-se o comprimento de suas pernas.
- 56 Caso o trabalhador utilize equipamentos de processamento eletrônico de dados com terminais de vídeo, recomenda-se que a tela, o teclado e o suporte para documentos sejam colocados de maneira que as distâncias olho-tela, olho-teclado e olho-documento sejam aproximadamente iguais.
- 57 Trabalhador jovem é aquele com idade entre dezoito e vinte e um anos.
- 58 Legalmente, uma empresa não pode exigir nem admitir que um trabalhador transporte manualmente uma carga cujo peso comprometa sua saúde e sua segurança.
- 59 Devem ser incluídas pausas para descanso na rotina de trabalhadores que exerçam atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica de pescoço, ombros, dorso e membros superiores e inferiores.

No que se refere ao programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA) e à norma a ele referente, julgue os itens de 60 a 66.

- 60 O PPRA deverá conter, no mínimo, a seguinte estrutura: planejamento anual com estabelecimento de metas; prioridades e cronograma; estratégia e metodologia de ação; forma do registro; manutenção e divulgação dos dados; e periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do programa.
- 61 A NR-9 estabelece os parâmetros máximos e diretrizes gerais a serem observados na execução do PPRA, sendo vedadas alterações decorrentes de negociação coletiva de trabalho.
- 62 Consideram-se agentes químicos substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade, possam entrar em contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão.

- 63 Consideram-se agentes biológicos as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, como, por exemplo, ruído, vibrações, temperaturas extremas, radiações ionizantes e radiações não ionizantes.
- 64 Para os fins da NR-9, considera-se nível de ação o valor limite de exposição a agentes ambientais. A partir desse valor, devem ser iniciadas ações preventivas visando minimizar a probabilidade de que a exposição ultrapasse os limites estabelecidos.
- 65 O empregador ou a instituição deve manter um registro estruturado de dados, de forma a constituir um histórico técnico e administrativo do desenvolvimento do PPRA. Esse registro deve ser armazenado por um período mínimo de cinco anos.
- 66 Sempre que necessário e pelo menos uma vez ao ano, deve-se efetuar análise global do PPRA, a fim de avaliar o desenvolvimento do programa, realizar os ajustes necessários e estabelecer novas metas e prioridades.

Acerca de proteção contra incêndios, julgue os itens subsequentes.

- 67 Todos os estabelecimentos, mesmo os dotados de chuveiros automáticos, devem ser providos de extintores portáteis, permitindo-se, em caso de necessidade, o combate ao fogo em seu início. Esses extintores devem ser apropriados à classe do fogo a extinguir.
- 68 Todas as empresas devem possuir, em seu local de funcionamento, saídas suficientes para a rápida retirada do pessoal em serviço, em caso de incêndio. A largura mínima recomendada das aberturas de saída deve ser de 2,5 m.
- 69 As portas de emergência devem, fora do horário de trabalho, ser fechadas pelo lado externo.
- 70 Máquinas e aparelhos elétricos que devem permanecer ligados mesmo em caso de incêndio devem conter, próximo à chave de interrupção, placa com aviso referente a esse fato.
- 71 Nos estabelecimentos industriais com cinquenta ou mais empregados, é obrigatório haver aprisionamento conveniente de água sob pressão, a fim de ser possível, a qualquer tempo, extinguir, em seu início, fogo de classe B.
- 72 Fogos da classe D incluem os elementos pirofóricos como magnésio, zircônio, titânio.

À luz da legislação referente a segurança e medicina do trabalho, julgue os itens de 73 a 78. Nesse sentido, considere que a sigla MTE, sempre que utilizada, se refere ao Ministério do Trabalho e Emprego.

- 73 O rótulo dos materiais e substâncias empregados, manipulados ou transportados nos locais de trabalho, quando perigosos ou nocivos à saúde, deve conter composição, recomendações de socorro imediato e o símbolo de perigo correspondente, segundo a padronização internacional.
- 74 O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo MTE, assegura a percepção de adicional de 40%, 20% e 10% do salário mínimo, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo, respectivamente.

- 75 Legalmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher, admite-se que um empregado remova, individualmente, no máximo, 30 kg. Não está compreendida nessa disposição a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos, podendo o MTE, em tais casos, fixar limites compatíveis com cada situação.
- 76 A empresa é obrigada a fornecer ao empregado, gratuitamente, equipamento de proteção individual (EPI) adequado ao risco a que ele estiver exposto e em perfeito estado de conservação e funcionamento, mesmo que as medidas de ordem geral ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.
- 77 Para iniciarem suas atividades, todos os estabelecimentos devem ter tido suas instalações previamente inspecionadas e aprovadas pela autoridade regional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho.
- 78 Mesmo depois de eliminado o risco à saúde ou a ameaça à integridade física do trabalhador, mantém-se o direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade.

As NRs relativas à segurança e medicina do trabalho (Portaria n.º 3.214/1978 do MTE são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. A respeito desse assunto, julgue os seguintes itens.

- 79 Empossados os membros da comissão interna de prevenção de acidentes, a empresa deve protocolizar, em até um mês, na unidade descentralizada do MTE, cópias das atas de eleição e de posse e o calendário anual das reuniões ordinárias.
- 80 O EPI, de fabricação nacional ou importado, pode ser posto à venda ou utilizado mesmo sem a indicação do certificado de aprovação, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do MTE.
- 81 A NR-26 estabelece que a cor preto deve ser utilizada para indicar as canalizações de inflamáveis e combustíveis de alta viscosidade, como óleo lubrificante, asfalto, óleo combustível, alcatrão, piche etc.
- 82 De acordo com o estabelecido na NR-26, a cor lilás deve ser usada para indicar canalizações que contenham álcalis, podendo as refinarias de petróleo utilizar essa cor para a identificação de lubrificantes.
- 83 A NR-7 estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do programa de controle médico de saúde ocupacional.
- 84 De acordo com a NR-7, todo estabelecimento deve estar equipado com material necessário à prestação dos primeiros socorros, considerando-se as características das atividades desenvolvidas, e manter esse material guardado em local adequado e aos cuidados de pessoas treinadas para manuseá-lo.
- 85 A empresa que possuir, em um mesmo município, dois ou mais estabelecimentos deve garantir a integração das comissões internas de prevenção de acidentes e dos designados, conforme o caso, com o objetivo de harmonizar as políticas de segurança e saúde no trabalho.

José, já com tempo de contribuição suficiente para requerer aposentadoria, trabalhou como operador do setor de galvanoplastia, lidando cotidianamente com produtos químicos prejudiciais à saúde, durante dezessete anos. Atualmente, como agente administrativo, ele está em busca do perfil profissiográfico previdenciário (PPP) e do laudo técnico de condições ambientais do trabalho (LTCAT), para pleitear aposentadoria especial.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens seguintes à luz da legislação de saúde e segurança do trabalho.

- 86 O LTCAT é o documento que, além de identificar as condições ambientais do trabalho, registra os agentes nocivos presentes no local periciado e apresenta conclusão de que a exposição a esses agentes é ou não prejudicial à saúde ou à integridade física dos trabalhadores.
- 87 A comprovação de exposição aos agentes nocivos deve ser feita no PPP, preenchido pela empresa ou seu preposto, com base em LTCAT expedido pelo gerente direto do empregado solicitante.
- 88 Caso um trabalhador solicite rescisão do seu contrato de trabalho, a empresa empregadora desse trabalhador não será obrigada a fornecer-lhe cópia autenticada do PPP.
- 89 Em uma empresa, o LTCAT e o PPRA têm a mesma finalidade e abrangência na gestão de segurança do trabalho.
- 90 O PPP é um documento histórico-laboral do trabalhador, lavrado em formulário próprio do Instituto Nacional do Seguro Social, contendo informações detalhadas acerca das atividades do trabalhador e de sua eventual exposição a agentes nocivos à saúde, sem incluir os resultados de exames médicos ou outras informações de caráter particular.

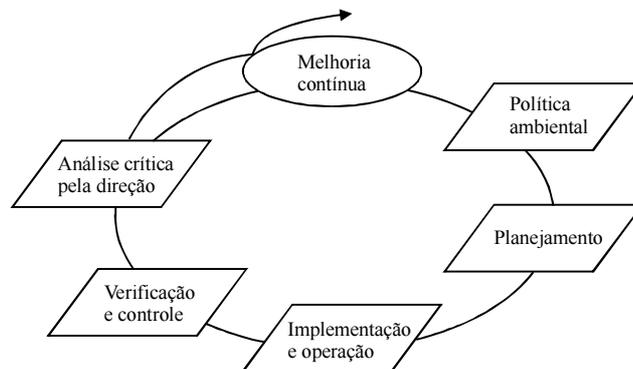
Um mecânico, enquanto trabalhava no torno da oficina de manutenção de uma empresa, teve seu olho direito atingido por uma partícula volante. Após investigação do acidente, ficou constatado que o empregado não estava usando equipamento de proteção facial. A empresa, por meio do gerente do setor, alegou ter disponibilizado os equipamentos de proteção para seus empregados, sendo de responsabilidade de cada empregado o uso desse equipamento. A empresa em questão não obriga seus empregados a utilizar os equipamentos nem fornece treinamentos específicos sobre o uso dos equipamentos de proteção e seus respectivos riscos.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens seguintes, acerca de responsabilidade civil e criminal e de legislação de segurança do trabalho.

- 91 Mesmo que tenha sido constatado que o dano ao empregado foi motivado por ação ou omissão voluntária do empregador, este não terá o dever de indenizá-lo.
- 92 Considerando que o acidente em questão tenha resultado em lesão corporal de natureza grave, o culpado poderá ser punido com detenção.
- 93 Ao deixar à livre escolha do empregado o uso do equipamento de proteção, a empresa cumpriu a legislação.
- 94 Por não dar as instruções adequadas aos empregados quanto ao uso de equipamentos de proteção, a empresa não cumpriu seu dever legal.

A legislação de segurança e saúde ocupacional, como a norma OHSAS (*Occupational Health and Safety Assessment Series*) para avaliação da segurança e saúde ocupacional (SSO), apresenta-se cada vez mais rigorosa com o objetivo de promover o desenvolvimento da empresa e, concomitantemente, preservar o trabalhador e o meio ambiente. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem com base na legislação que trata de políticas e gestão de segurança e saúde e meio ambiente.

- 95 Considere que a empresa X seja contratada pela empresa Y para transportar produtos químicos perigosos com seus próprios veículos-tanques. Nessa situação, será facultado à empresa X cumprir a própria política de SSO ou a da empresa Y.
- 96 Os preceitos da norma OHSAS n.º 18.001 devem ser estendidos aos programas de bem-estar de funcionários e à segurança de produtos, em complementação à SSO.
- 97 Caso a legislação de SSO de uma região onde se localiza determinada empresa dite normas sobre o tema despejo de efluentes e a preservação do meio ambiente, a política de SSO dessa empresa não terá de contemplar orientação sobre esse tema, uma vez que ele já estará contemplado por preceitos legais.
- 98 A política de SSO deve contar com a participação dos trabalhadores por meio de seu envolvimento apropriado na investigação de incidentes.
- 99 Se o serviço de segurança do trabalho de uma empresa analisar os acidentes e doenças ocupacionais ocorridos nos últimos três meses e propuser medidas para melhorar a segurança, essas medidas não deverão ser previstas na política de segurança da empresa, por se tratar de medidas reativas.
- 100 A norma OHSAS n.º 18.001 para a gestão da SSO tem por objetivos fornecer às organizações requisitos de gestão e auxiliá-las a alcançar seus objetivos econômicos, e possibilitar a criação de barreiras comerciais com a ampliação das obrigações legais de uma organização.
- 101 Caso determinada empresa elenque dez itens de segurança com requisitos que possam ser auditados de forma objetiva, essa auditoragem pela empresa não estará de acordo com os preceitos da OHSAS n.º 18.001.
- 102 A norma OHSAS n.º 18.001 propicia a integração dos sistemas de gestão da qualidade, gestão ambiental e da segurança e saúde ocupacional.



Internet: <www.spiralisconsult.com.br>

Considerando a figura acima, que ilustra o ciclo PDCA (*plan-do-check-act*) — planejar-fazer-verificar-agir —, base da norma OHSAS n.º 18.001, julgue os próximos itens.

- 103 Monitorar e medir os processos em relação à política, aos objetivos de SSO e aos requisitos legais, e relatar os resultados, com enfoque em cuidado e conformidade regulatória, estão relacionados com o agir, do ciclo PDCA.
- 104 As etapas de implementação e operação estão relacionadas ao fazer, do ciclo PDCA.
- 105 Comprometimento, que deve provir da alta administração, é expresso por meio da política ambiental e pelo planejamento, e está relacionado a planejar, no modelo PDCA.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) possui um projeto denominado EcoPostal, destinado a promover o reaproveitamento de malotes e uniformes sem condições de uso pela empresa no processo postal, reaproveitando-os para confecção de bolsas, sandálias, mochilas e roupas infantis. Relatórios de atividades desse projeto apontam que, em 2009, aproximadamente 44 instituições foram beneficiadas com doações de malotes, uniformes e bicicletas, o que resultou em emprego e geração de renda para mais de 6.500 pessoas. Famílias atendidas por entidades sem fins lucrativos realizam o reaproveitamento dos materiais.

Internet: <www.correios.com.br> (com adaptações).

A partir das informações apresentadas no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 106 Visando à preservação ambiental, os recursos não-renováveis devem ser utilizados somente na medida em que podem ser substituídos por um recurso equivalente renovável.
- 107 A disposição de resíduos sólidos, líquidos de alta toxicidade, material com alto risco biológico e resíduos radioativos deverá ser efetuada com o conhecimento e a aquiescência e auxílio de entidades especializadas no campo de sua competência.
- 108 O reaproveitamento dos materiais em substituição à sua queima diminui o impacto ambiental, assegurando um efetivo gerenciamento dos resíduos sólidos.
- 109 Considerando que, em 2009, cerca de 20.400 malotes e 36.600 uniformes tenham sido reciclados em vez de terem sido incinerados ou jogados no aterro sanitário, é correto concluir que a redução do impacto ambiental pode ser mensurada a partir da redução na emissão de CO₂, um dos principais gases causadores do efeito estufa.
- 110 Considerando que, na situação descrita no texto, a quantidade de rejeitos produzidos pela ECT não tenha ultrapassado a capacidade de absorção dos ecossistemas, é correto concluir que, com sua política de segurança, a empresa contribuiu para o desenvolvimento sustentável.

Julgue os itens seguintes, relativos à legislação ambiental.

- 111** As campanhas e os projetos de comunicação e de educação ambiental devem destacar os impactos socioambientais causados pelas atividades antrópicas e as responsabilidades humanas na manutenção da segurança ambiental e da qualidade de vida.
- 112** A recuperação de área de preservação permanente, mediante plantio de espécies nativas, conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas, deve observar, entre outros requisitos e procedimentos, a adoção de medidas de prevenção e controle do fogo e adoção de medidas de controle e erradicação de espécies vegetais ruderais e exóticas invasoras, de modo a não comprometer a área em recuperação.
- 113** Empresa que explore recursos minerais e provoque degradação ambiental deverá recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, ou estará sujeita a sanções penais e administrativas.

Em março deste ano, um caminhão-tanque carregado com óleo diesel tombou em uma estrada da região norte do Paraná. O diesel vazou e atingiu uma galeria que leva água da chuva até um rio próximo. Houve congestionamento no local. Bombeiros e técnicos da defesa civil trabalharam para conter o vazamento.

Internet: <www.produtosperigosos.com.br> (com adaptações).

A partir das informações contidas no texto acima, julgue os itens de **114 a 118**.

- 114** Na situação descrita no texto, o caminhão transportava uma carga perigosa.
- 115** Se tiver atingido o rio, o produto derramado do caminhão pode ter contaminado a fauna.

116 De acordo com a classificação adotada para os produtos considerados perigosos, feita com base no tipo de risco que apresentam e conforme as recomendações para o transporte de produtos perigosos da Organização das Nações Unidas, o produto derramado do caminhão referido no texto é rotulado como de classe 2.

117 Se parte do produto tivesse sido transferida para outro veículo, os responsáveis não estariam obrigados a indicar o conteúdo do produto nesse outro veículo, por se tratar de situação de emergência e provisória.

118 Se, em razão da natureza, extensão e características da emergência, a autoridade que atendeu ao caso narrado no texto tiver determinado ao expedidor ou ao fabricante do produto a presença de técnico ou pessoal especializado e se, no contrato de transporte não estiver clara a designação de quem suportará as despesas decorrentes dessa assistência técnica, o ônus será suportado pelo transportador.

Tendo em vista que os efluentes líquidos não tratados adequadamente, ao serem despejados com os seus poluentes característicos, causam a alteração de qualidade nos corpos receptores e, conseqüentemente, a sua poluição, julgue os itens subsequentes.

119 A poluição origina-se devido a perdas de energia, produtos e matérias-primas e à ineficiência dos processos industriais.

120 Caso duas empresas lancem efluentes que se misturem no percurso até atingir a destinação, os limites de contaminação deverão ser verificados em cada efluente individualizado, e nunca no conjunto após a mistura.